

ABERTURA

Presidente do Conselho Nacional de Educação

Teresa Ambrósio

No início deste Seminário, queria cumprimentar todos os presentes, mas se me permitem, e de uma forma especial, o Prof. Juan Carlos Tedesco que está aqui connosco e que fará a Conferência da parte da tarde. Queria ainda agradecer a todos os participantes mais activos no Seminário, Eng.º Roberto Carneiro e aos nossos Conselheiros que assegurarão a realização dos painéis e das mesas redondas. Agradecer ainda a todos os Senhores, Conselheiros, a todos os Altos Funcionários do Ministério, aos alunos, enfim, a todos os que aceitaram o nosso convite e nos honraram com a sua presença.

Numas breves palavras tentarei enquadrar este nosso Seminário e explicar a sua razão.

O tema a que respeita é o das relações entre Educação, Competitividade e Cidadania, ou se quiserem, Educação, Sociedade, Cidadania. Optámos por Educação, Competitividade e Cidadania, precisamente, por ser o subtítulo do livro do Prof. Tedesco, que nós conhecemos bem, sobre o Pacto Educativo. Mas as novas relações entre a Educação, a Sociedade e a Construção Democrática, é um tema que foi escolhido pelo Conselho Nacional de Educação para o plano de actividades deste ano, como uma área central, à qual, todos os outros pareceres, todas as outras reflexões, todos os outros trabalhos e actividades que tivéssemos que realizar, deveriam ser referenciados. Esclareço que está constituída uma equipa, dentro do Conselho, de que fazem actualmente parte os Senhores Conselheiros Professor Adriano Moreira, Professor Rui Alarcão e o Professor Fernando Regateiro e que, neste momento, preparam um documento base para uma discussão mais ampla sobre este tema. Simplesmente, porque esta reflexão exige muito trabalho da nossa parte, ainda é pouco trabalhada, sobretudo, ao nível da opinião pública, para a qual, nós gostaríamos de contribuir com um debate, uma informação

esclarecida. Temos que nos servir do apoio de especialistas que têm já um vasto pensamento sobre esta matéria. Por isso, convidámos, e muito agradecemos por ter aceite o nosso convite, o Prof. Tedesco, reconhecido pelos seus recentes trabalhos sobre esta área. Quais são os objectivos que temos com este Seminário, ou digamos, com esta reflexão?

Aqui no Conselho percebemos bem que os problemas da educação têm que ser analisados na encruzilhada de várias perspectivas. Uma das primeiras perspectivas é a procura da resolução dos problemas concretos diários imediatos, com que as escolas, de todos os níveis de ensino, se debatem e que tem a ver com as carências educacionais da sociedade portuguesa. Daí que no segundo painel desta manhã, começaremos por analisar carências educativas escolares e de formação para a vida activa. Mas esta perspectiva não pode deixar de se confrontar com outra: uma perspectiva de tendência de evolução a longo prazo de modo a que as soluções para os problemas imediatos, não atrofiem tendências de evolução e dinâmicas positivas, para este longo prazo que temos que ter presente, também, em Políticas Educativas. Aliás, neste campo, carecemos de estudos prospectivos, ou do debate em torno dos já realizados. Nomeadamente dos estudos concluídos pelo Eng.º Roberto Carneiro. Mas, também, devemos ter presente o desafio europeu, nomeadamente, a visão da União Europeia para as políticas educativas. É nesta tentativa de ter estes dois olhares, do longo prazo e do curtíssimo prazo que nos obrigam a um confronto de perspectivas políticas, que procuraremos analisar, neste seminário, os problemas.

Por outro lado, estamos também hoje numa outra encruzilhada que, no fundo, corresponde a uma mudança de mentalidade, uma mudança de quadros referenciais e que diz respeito aos novos papéis de responsabilidade do Estado na Educação, concebida esta como um processo permanente ao longo da vida.

Num quadro de democracia participada, a educação é, cada vez mais, da responsabilidade da sociedade civil, e isso obriga-nos a criar uma forma

de olhar para a educação, de intervir, de decidir, de corrigir, através da concertação educativa ou da participação social dos parceiros sócio-educativos. Os actores que vêm da sociedade civil organizada, e que assumem a responsabilidade debaixo do controle e orientação do Estado, relativamente à educação, são hoje extremamente importantes para a formulação de um novo contrato social. Sabemos e discutimos muito pouco sobre esta questão. Eu gostaria que não houvesse receio de a discutir, aqui, no Conselho Nacional de Educação.

Há ainda a exigência da Educação com mais finalidade. E como avaliar essa finalidade? Na educação tudo se passa a longo prazo e nós temos que escolher entre a eficácia da intervenção medida por indicadores de custos, benefícios e de eficiência escolar, ou escolher a outra qualidade de sucesso educativo, que obriga à aquisição de maturidade que, por sua vez, obriga a tempo. A educação é a construção das pessoas, é aquilo que se passa dentro de nós, é aquilo que se passa dentro dos jovens, e de todos ao longo da vida, e cada um tem o seu tempo. Conjuguar a perspectiva de Educação ao longo da vida e a perspectiva de aprendizagem escolar é difícil num clima de incerteza, de insegurança, mas apelam-nos para correr o risco de uma outra realidade.

Vamos começar por analisar dois casos concretos, onde estas encruzilhadas de perspectivas se colocam. Como todos sabem, acaba de ser aprovado pelo Conselho Europeu, depois de previamente aprovado pelos Ministros da Educação, o Relatório sobre os grandes objectivos concretos das políticas europeias. Hoje, não é possível pensar Educação em Portugal sem pensarmos no espaço geo-político de fronteiras alargadas onde nos colocamos. Este Relatório é muito pouco conhecido entre nós. Mas o Conselho assumiu discuti-lo, debatê-lo, enfim, tentar convosco retirar algumas ilações.

A seguir teremos, também, um Programa que passou, talvez despercebido, no mundo da Educação, e que é, precisamente, o Acordo assinado pelo Governo e pelos tradicionais parceiros sociais, sobre

política, emprego e formação profissional e onde se decidiu e assinou que a escolaridade obrigatória será de doze anos, considerando como escolaridade obrigatória todas as acções de formação profissional dos jovens que estão previstas. É um esforço enorme de articulação entre tudo o que são espaços educativos e formativos, que é pedido. É, realmente, um documento extremamente importante, em que nós, parceiros mais educativos do que económicos, temos que, pelo menos, assumir a nossa responsabilidade. São dois casos concretos de participação social na reformulação das políticas educativas, onde tentamos ligar o curto prazo com o longo prazo, a resposta imediata com a resposta de projecto e que vos proponho, como trabalho, na parte da manhã. Na parte da tarde, teremos a aula teórica, isto é, a Conferência do Prof. Tedesco que poderá dar-nos aqueles quadros referenciais de que necessitamos, para dar sentido às nossas acções.

Agradeço a todos a vossa presença e passo de imediato ao 1.º painel. Peço à Professora Maria José Miranda que coordene este painel, com a intervenção da Senhora Conselheira Margarida Marques e o comentário do Senhor Eng.º Roberto Carneiro que não necessitam de apresentação entre os presentes e cujo contributo muito agradeço.